



**Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento,
Finanças e Tomada de Contas**

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre o parecer prévio nº 80/2025 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, que entendeu pela regularidade das contas da Prefeita do Município de Prado Ferreira, relativas ao exercício de 2023.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas

I - Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, nos termos do art. 222 do regimento interno, recebeu o processo legislativo de julgamento de contas da Senhora Chefe do Poder Executivo Municipal, atuado sob o nº 49/25¹. Ato contínuo, escolheu como Relator o Senhor Presidente da Comissão².

O Acórdão de Parecer Prévio nº 80/2025 foi lido em Plenário, na Sessão de e disponibilizado aos Senhores Vereadores e à Senhora Prefeita Municipal, através do Sistema de Apoio ao Legislativo – SAPL.

Esta Comissão notificou a Senhora Prefeita da instauração do processo de julgamento das contas, para querendo apresentar defesa escrita, bem como, notificou os Senhores Vereadores em Plenário, a respeito da abertura de prazo para pedido escrito de informações sobre itens determinados da prestação de contas nos moldes do § 1º do art. 222 do regimento interno.

Transcorridos os prazos regimentais, não foi apresentada defesa escrita pela Senhora Prefeita, nem pedido escrito de informações pelos Senhores Vereadores.

É o relatório.

¹RI. Art. 69 - Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes: III - receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;

²RI. Art. 70 - Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designará relator em 48 (quarenta e oito) horas, se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.



II - Da Constitucionalidade e da Legalidade

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, nos termos da Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Na Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira deverão ser observados os seguintes dispositivos:

Art. 20 Compete, privativamente, à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

[...]

VII - tomar e julgar as contas anuais do Prefeito, incluídas as contas da Administração Indireta, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, no prazo de até 90 (noventa) dias do seu recebimento, observados o Regimento Interno e os seguintes preceitos: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

[...]

a) o parecer prévio emitido pelo TCE-PR somente deixará de prevalecer, por decisão fundamentada de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara Municipal, mas não perderá a validade do seu teor perante o TCE-PR, nem implicará em convalidação ou saneamento de eventuais irregularidades apontadas no respectivo opinativo, que serão objeto de julgamento individualizado e apartado da prestação de contas anual pela Corte de Contas Paranaense, enquanto ato de gestão e de ordenação de despesa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

b) não haverá julgamento ficto das contas em nenhuma hipótese; decorrido o prazo do inciso VII deste Artigo, sem a manifestação da Comissão Permanente designada pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, o



Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador(a), incluirá na pauta da Sessão Ordinária subsequente, o Parecer Prévio emitido pelo TCE-PR, para apreciação e deliberação pelo Plenário, na forma regimental; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

[...]

e) decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem que o Plenário tenha apreciado e deliberado sobre o parecer prévio emitido pelo TCE-PR sobre a prestação de anual de contas do Chefe do Poder Executivo ou demais Administradores Municipais, será sobrestado a discussão e a votação de outras proposições em trâmite até que o Plenário delibere sobre o referido parecer prévio do TCE-PR; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023) f) na hipótese do decurso de prazo a que se refere a letra "e", deste inciso VII, qualquer Vereador ou cidadão será parte legítima para representar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

[...]

g) recebidas as contas prestadas pelo Prefeito e pelas entidades da Administração Indireta, acompanhadas do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara de Vereadores, determinará a disponibilização integral das contas e do Parecer Prévio no Portal da Transparência da Câmara Municipal e encaminhará o processo ao Presidente da Comissão Permanente designada pelo Regimento Interno da Câmara Municipal. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

h) observação do contraditório e da ampla defesa, devendo ser notificado o Prefeito, para querendo, apresentar a defesa que entender de direito, nos termos do Regimento Interno; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

i) a Comissão Permanente designada pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, apresentará, separadamente, Projetos de Decretos Legislativos relativamente às contas prestadas pelo Prefeito e as prestadas por cada entidade da Administração Indireta. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

Portanto, entende esta Comissão que o Acórdão de Parecer Prévio nº 80/2025, tramitou nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.



III - Do Mérito

A Comissão acompanha o entendimento do Acórdão de Parecer Prévio nº 80/2024, pela **REGULARIDADE das contas relativas ao exercício de 2023**, da Senhora Prefeita Municipal Maria Edina de Andrade.


IV - Opinião

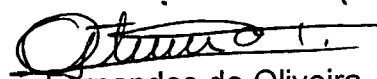
Nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, essa Comissão apresenta o Projeto de Decreto Legislativo nº ____/2025, para fins de publicidade e conhecimento do Senhor Presidente e dos Vereadores(as), bem como, inclusão na pauta para discussão e deliberação do Plenário, conforme cronograma estabelecido pela Mesa Diretora, sugerindo-se reservar a Sessão Ordinária do dia 1º/setembro/2025, para a Sessão de Julgamento de Contas.

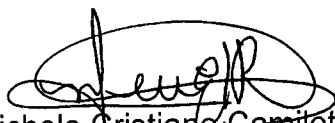
Visando assegurar o contraditório e a ampla defesa, essa Comissão notificará a Senhora Prefeita, para querendo, exerça-o nos termos do art. 20, inciso VII, letra “h” da Lei Orgânica e dispositivos do Regimento Interno.

Prado Ferreira, 25 de agosto de 2025.

Respeitosamente,


Geovani Ribeiro de Oliveira
Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vice-Presidente


Michele Cristiane Camilotti dos Reis
Membro